



Congresso Internacional
de Administração
ADM 2021

24 a 28
de outubro
Ponta Grossa - Paraná - Brasil

**SOBREVIVÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES
EM TEMPOS INCERTOS:**

O papel dos gestores e do ambiente externo
no sucesso e no fracasso organizacional.

FINANÇAS PÚBLICAS E A PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO DAS VARIAÇÕES NO ORÇAMENTO EM MUNICÍPIOS PARANAENSES

PUBLIC FINANCE AND THE COVID-19 PANDEMIC: A STUDY OF BUDGET VARIATIONS IN PARANA'S MUNICIPALITIES

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Roberto Rivelino Martins Ribeiro, Universidade Estadual de Maringá, Brasil (rivamga@hotmail.com)

Amanda Caroline da Luz Muriggi, Universidade Estadual de Maringá, Brasil (ra70420@uem.br)

Juliane Andressa Pavão, Universidade Estadual de Maringá, Brasil (julianepavao@hotmail.com)

Marguit Neumann, Universidade Estadual de Maringá, Brasil (marguitn26@gmail.com)

Kerla Mattiello, Universidade Estadual de Maringá, Brasil (m_kerla@yahoo.com.br)

Resumo

A pesquisa tem por objetivo investigar comportamento das contas públicas em termos de arrecadação e gastos realizados para enfrentamento da Covid-19 dos 10 municípios mais populosos do Paraná, sendo: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais; Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava e Paranaguá. Em termos metodológicos, o estudo se apresenta como sendo de natureza aplicada, com uso do método quantitativo e qualitativo, com uso de técnicas bibliográficas, documentais e *ex-post facto*. Utilizou-se de relatórios e documentos disponibilizados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Os resultados indicam que a pandemia não interferiu no quesito receitas, já que todos municípios apresentaram receitas crescentes nos anos de 2020 e 2021, exceto Curitiba. Considerando as despesas, houve uma maior variação no aumento das contas, destaca-se os municípios de Curitiba, Maringá, Guarapuava e Cascavel, as despesas de sofreram maior impacto do que as receitas dos municípios. Constatou-se que as principais contas de despesas dos municípios são com saúde e educação. No período analisado, os municípios apresentaram uma despesa crescente com saúde nos anos de 2020 e 2021 devido a pandemia destacando com *ranking* de maiores gastos os municípios de Curitiba, Londrina e Maringá. Verificou-se que o cenário pandêmico causou uma queda de recursos aplicados em Cultura, Desportos e Lazer.

Palavras-chave: Finanças Públicas; Pandemia; Orçamento Municipal.

Abstract

The research aims to investigate the behavior of public accounts in terms of collection and expenditures made to face Covid-19 in the 10 most populous municipalities in Paraná, namely: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais; Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava and Paranaguá. In methodological terms, the study presents itself as being of an applied nature, using the quantitative and qualitative method, using bibliographic, documentary and ex-post facto techniques. Using reports and documents available in the Accounting and Tax Information System of the Brazilian Public Sector (SICONFI). The results indicate that the pandemic did not interfere with the revenue item, as all municipalities presented increasing revenues in the years 2020 and 2021, except for Curitiba. Considering expenses, there was a greater variation in the increase in accounts, highlighting the municipalities of Curitiba, Maringá, Guarapuava and Cascavel, expenses suffered a greater impact than the municipalities' revenues. It was found that the main expense accounts of the municipalities

are with health and education. In the analyzed period, the municipalities presented an increasing expenditure on health in the years 2020 and 2021 due to the pandemic, highlighting the municipalities of Curitiba, Londrina and Maringá with a ranking of higher expenses. It was found that the pandemic scenario caused a drop in resources applied in Culture, Sports and Leisure.

Keywords: Public finances; Pandemic; Municipal Budget.

1. INTRODUÇÃO

A administração pública lidou com um novo cenário no início de 2020, uma vez que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência a saúde pública causada pelo novo coronavírus SARS-COV -2 no final de janeiro de 2020. O novo coronavírus, também denominado de covid-19, surgiu na China na cidade de Wuhan no final de 2019 (Farias, 2020). Posteriormente, a OMS caracterizou a situação como uma pandemia, e orientou para que os países adotassem medidas de isolamento social com o intuito de dirimir a disseminação do vírus (OMS, 2020).

As medidas tomadas afetaram diretamente a economia como um todo, uma vez que fechou o comércio, diminuiu arrecadações e circulação de moeda (Crepaldi & Crepaldi; 2017). Santos (2020) expôs que a diminuição das atividades empresariais causou desemprego e aumento do trabalho informal. No âmbito público, ocasionou uma perda de arrecadação tributária no mesmo momento que as políticas públicas eram essenciais para a preservação da economia e da saúde.

Diante da crise sanitária e econômica, os governos tiveram que intervir na economia com a finalidade de alocação de recursos e distribuir renda para evitar o aprofundamento da crise (Carqueija *et al.*, 2020). Assim, o estado teve que lidar com uma reorganização e ajustes extraorçamentários já que a arrecadação diminuiu, os gastos extraorçamentários aumentaram (Moura, 2021). Como o orçamento público é elaborado no exercício anterior, as receitas são previstas e as despesas são fixadas, a decretação de calamidade pública facilita a abertura de créditos adicionais e remaneja verbas de créditos (Crepaldi & Crepaldi; 2017).

Estudos anteriores verificaram um cenário desfavorável para os municípios uma vez que houve queda de arrecadação e aumento em determinadas contas de despesas públicas, em especial pelos gastos extraordinários com saúde, destacando a importância do repasse emergencial da União (Menezes *et al.*, 2020). Nesse contexto, buscou-se responder a seguinte pergunta: Como as contas públicas se comportaram diante do enfrentamento da pandemia? Assim, o presente estudo objetiva investigar o comportamento das contas públicas em termos de arrecadação e gastos realizados para enfrentamento da Covid-19 dos 10 municípios mais populosos do Paraná. Para tal, a pesquisa delimita-se em estudar os dez municípios mais populosos do Estado do Paraná, sendo: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava e Paranaguá; com o intuito de averiguar as possíveis variações nas contas públicas nos anos de 2020 e 2021.

Entende-se como relevante o estudo uma vez que o mesmo evidencia como a pandemia impactou nas finanças públicas. A pesquisa pretende contribuir com o conhecimento para o enfrentamento da pandemia uma vez que Santos (2020) caracterizou a pandemia como desafio mais urgente do Brasil do século XXI. Além disso, o estudo colabora mostrando as ações dos governantes quando precisaram lidar com a situação de diminuição de receitas e um aumento com os gastos principalmente na saúde pública, logo, pretende elucidar como as finanças públicas municipais se comportaram nesse período.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Planejamento e orçamento público

O orçamento público é fundamental para as finanças públicas uma vez que tem características de executar os projetos, metas e programas do governo, relacionando-se com as políticas financeira, econômica e social (Xerez, 2013). Segundo Abreu e Gomes (2013) são nesses instrumentos de planejamento onde tem-se o objetivo, metas, desafios e os riscos, que são fundamentais para nortear a estratégia e desenvolvimento. De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2017), o termo orçamento está relacionado com bolsa de dinheiro ou bolsa pública. A partir da Constituição Brasileira de 1988 definiu-se um novo modelo orçamentário para o Brasil composto por três instrumentos interdependentes sendo: o Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) (Vignoli, 2015).

O PPA está relacionado com a forma de planejamento estratégico, é um plano de médio prazo onde a administração pública estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas conforme explícito na Constituição Federal (Brasil, 1988). Além disso, o PPA inclui recursos orçamentários que são alocados nos programas e ações. Funcionando dessa forma como um estruturador, organizador e orientador do governo. O PPA tem duração de quatro exercícios financeiros ser enviado para aprovação do Congresso Nacional até 31 de agosto do primeiro ano de cada mandato presidencial (Calmon & Gusso, 2009).

Já a LDO é realizada anualmente, neste plano são definidas as ações para o próximo exercício, isto é, na LDO são definidas as ações que serão executadas do PPA (Santos & Camacho, 2014). Nesse sentido é conhecida como um instrumento intermediário entre o PPA e a LOA, já que por meio da LDO serão estabelecidas as diretrizes, prioridades, as normas e os parâmetros para governar o ano seguinte (Crepaldi & Crepaldi; 2017).

A LOA é um importante instrumento para o orçamento público, já que é exatamente mediante a LOA que a execução do orçamento se materializa. A Constituição Federal dispõe que a LOA compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social (Brasil, 1988). Na LOA são definidas as fontes de arrecadação, estimativa de receitas e previsão das despesas para o ano seguinte ao de sua elaboração, assim os programas e objetivos do governo são apresentados de forma mais detalhada (Prux, Balsan & Moura, 2012).

Outro marco regulatório para o orçamento público, é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pois antes da Lei existia uma situação de falta de controle das finanças públicas, sendo exemplificada pelos governantes gastando mais do que arrecadando, gerando efeitos não favoráveis para a economia nacional. Dessa forma, a LRF trouxe mecanismos de transparência e controle para contas públicas (Pires & Motta, 2006).

2.2 Estudos prévios

Relacionado com estudos em municípios, Almeida (2020) analisou os impactos da pandemia sobre as finanças dos municípios de Goiânia, Cuiabá e Campo Grande, verificando situações diferentes nos três municípios: Goiânia destacou-se, já que apresentava uma crescente desempenho, mesmo sendo o município que mais teve perda de arrecadação na fase inicial, em função de ter tomado medidas mais severas quanto ao distanciamento social, se recuperou rapidamente mantendo uma posição superavitária. Já Cuiabá apresentou um declínio e menor capacidade gerencial, enquanto Campo Grande se situou em uma posição intermediária.

Menezes *et al.* (2020) analisou o impacto da COVID-19 no orçamento público, em oito municípios de médio porte no estado de Minas Gerais. Contatou-se um cenário desfavorável

para os municípios uma vez que houve queda de arrecadação aumento em determinadas contas de despesas públicas, em especial pelos gastos extraordinários com saúde, diminuição de gastos com educação. Além disso, destacou-se a importância do repasse emergencial da União e do Governo de Minas Gerais na atenuação desses impactos.

No âmbito federal, Monteiro *et al.* (2021) examinou o impacto da pandemia da COVID-19 no orçamento público do Governo Federal, no qual constatou-se que as despesas do Governo Federal, teve que autorizar a abertura de créditos extraordinários no valor de R\$ 252,3 bilhões, aumentando 4% nas despesas previstas no orçamento público. Essas despesas estariam relacionadas com auxílio de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade, proteção do emprego, concessão de financiamento às empresa e gastos com saúde. Concluindo que a participação federal é essencial para o enfrentamento à crise COVID -19 tanto para auxiliar na proteção á vida, como resguardar o emprego e buscar soluções tempestivas.

No âmbito estadual, Pascutti (2021) evidenciou uma a alta produção legislativa de Medidas Provisórias de autorização de créditos extraordinários, sendo considerada a maior nos últimos dez anos, foi necessária para o enfrentamento da COVID-19, fazendo com que as despesas estatais não previstas pudessem serem cumpridas dentro da legalidade.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem caráter descritivo e quanto à natureza do problema de pesquisa, é classificada como pesquisa aplicada. Sobre a abordagem do problema, a pesquisa se aplica qualitativa e quantitativa, visto que irá investigar e analisar o comportamento das contas públicas em termos de arrecadação e gastos realizados para enfrentamento da covid-19 dos 10 municípios mais populosos do Paraná. Quanto às estratégias de pesquisa utilizadas, tem-se documental e *ex-post facto*. Em relação ao ambiente, a pesquisa se caracteriza como estudo de campo.

A coleta de dados ocorreu a partir do portal da transparência nos sites das Prefeituras de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava e Paranaguá. Com relação à análise, o método empregado é a análise documental.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Ao iniciar a apresentação e a análise de dados, o presente estudo considerou a amostra populacional dos 10 municípios mais populosos do estado do Paraná, sendo classificados por ordem crescente: Curitiba (1.963.726 habitantes), Londrina (580.870 habitantes), Maringá (436.472 habitantes), Ponta Grossa (358.838 habitantes), Cascavel (336.073 habitantes), São José dos Pinhais (334.620 habitantes), Foz do Iguaçu (257.971 habitantes), Colombo (249.277 habitantes), Guarapuava (183.755 habitantes) e Paranaguá (157.378 habitantes). Iniciando apresentação dos resultados pelo município de Ponta Grossa, observa-se quanto ao comportamento das receitas (Tabela 1):

Ano	Prevista-LOA (R\$)	Previsão Atualizada (R\$)	Realizada (R\$)
2021	R\$ 944.448.900,58	R\$ 1.024.956.885,25	R\$ 937.535.571,80
2020	R\$ 969.143.414,43	R\$ 1.042.552.949,91	R\$ 863.172.483,81
2019	R\$ 870.064.249,19	R\$ 906.581.330,36	R\$ 794.811.774,37
2018	R\$ 816.934.160,87	R\$ 908.183.899,00	R\$ 762.117.962,67
2017	R\$ 765.817.885,36	R\$ 873.461.540,50	R\$ 731.845.511,74
2016	R\$ 707.257.863,50	R\$ 768.701.991,67	R\$ 649.204.805,94

Tabela 1: Receitas do município de Ponta Grossa

Conforme exposto pela Tabela 1, verifica-se que com o decorrer dos anos o município teve um aumento da sua receita, e mesmo durante o período de pandemia, os anos de 2020 e 2021 foram os que mais realizaram as receitas do município. Este fato pode ser caracterizado devido aos

repasse de receitas com saúde distribuído tanto pelo governo federal quanto pelo governo estadual. Nesse sentido quanto às receitas, a pandemia ocasionou uma variação positiva no município de Ponta Grossa. A análise das despesas realizadas constam na Tabela 2.

Conta \ Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021
01 - Legislativa	R\$ 14.650.469,32	R\$ 15.660.020,11	R\$ 16.857.417,06	R\$ 16.130.790,88	R\$ 16.849.739,51	R\$ 15.171.838,09
04 - Administração	R\$ 66.053.650,60	R\$ 77.040.682,51	R\$ 94.958.280,92	R\$ 116.772.554,00	R\$ 130.694.307,09	R\$ 109.271.693,83
06 - Segurança Pública	R\$ 12.813.092,10	R\$ 13.571.655,29	R\$ 17.225.917,86	R\$ 16.881.934,67	R\$ 18.003.647,12	R\$ 20.447.139,61
08 - Assistência Social	R\$ 35.708.806,57	R\$ 36.175.655,11	R\$ 40.710.378,69	R\$ 40.829.286,90	R\$ 44.060.231,42	R\$ 45.656.594,60
10 - Saúde	R\$ 168.889.114,21	R\$ 186.744.775,42	R\$ 203.679.056,64	R\$ 192.284.961,85	R\$ 216.726.155,63	R\$ 236.775.203,83
11 - Trabalho	R\$ 7.771.717,17	R\$ 4.108.459,37	R\$ 4.735.636,84	R\$ 5.331.977,85	R\$ 5.984.356,58	R\$ 4.851.600,54
12 - Educação	R\$ 187.986.610,26	R\$ 219.874.363,26	R\$ 233.211.264,88	R\$ 250.288.225,63	R\$ 253.626.882,12	R\$ 305.401.566,90
13 - Cultura	R\$ 6.781.157,66	R\$ 6.015.544,46	R\$ 7.401.359,80	R\$ 7.997.645,85	R\$ 7.599.479,68	R\$ 5.520.177,72
14 - Direitos da Cidadania	R\$ 241.380,69	R\$ 78.707,42	R\$ 148.150,40	R\$ 136.346,25	R\$ 208.675,45	R\$ 70.569,87
15 - Urbanismo	R\$ 65.678.345,58	R\$ 43.370.551,09	R\$ 36.938.077,91	R\$ 22.555.459,04	R\$ 16.734.187,86	R\$ 14.217.491,70
16 - Habitação	R\$ 586.966,72	R\$ 627.643,52	R\$ 1.086.926,70	-	-	R\$ 507.197,21
17 - Saneamento	R\$ 2.147.912,53	R\$ 1.358.716,29	R\$ 1.217.923,89	R\$ 627.848,59	R\$ 97.517,88	R\$ 971.167,20
18 - Gestão Ambiental	R\$ 10.710.810,66	R\$ 30.426.169,10	R\$ 43.340.689,67	R\$ 44.993.699,16	R\$ 61.635.104,72	R\$ 59.243.752,26
20 - Agricultura	R\$ 4.013.386,51	R\$ 5.095.500,68	R\$ 7.180.583,88	R\$ 8.359.844,52	R\$ 7.524.760,86	R\$ 6.790.296,14
22 - Indústria	R\$ 3.235.361,55	R\$ 3.715.417,82	R\$ 4.251.548,06	R\$ 4.084.961,04	R\$ 4.173.033,18	R\$ 3.835.425,42
23 - Comércio e Serviços	R\$ 19.672.696,25	R\$ 10.534.844,82	R\$ 9.712.323,26	R\$ 4.447.604,99	R\$ 3.917.716,96	R\$ 10.097.998,17
24 - Comunicações	R\$ 2.260.767,45	R\$ 3.538.263,66	R\$ 5.678.110,61	R\$ 5.891.467,09	R\$ 3.106.148,42	R\$ 2.595.673,69
26 - Transporte	R\$ 20.726.441,27	R\$ 35.342.648,28	R\$ 26.677.495,87	R\$ 48.317.398,89	R\$ 72.810.284,48	R\$ 27.800.223,54
27 - Desporto e Lazer	R\$ 4.980.989,96	R\$ 5.714.055,11	R\$ 7.326.011,79	R\$ 7.054.625,99	R\$ 3.762.238,42	R\$ 4.306.719,09
28 - Encargos Especiais	R\$ 43.172.027,68	R\$ 51.901.867,27	R\$ 59.950.540,50	R\$ 85.247.754,83	R\$ 112.795.140,05	R\$ 85.771.843,32

Tabela 2: Despesas do município de Ponta Grossa

Observa-se conforme Tabela 2 que o município deixou de apresentar informações quanto a habitação nos anos de 2019 e 2020. Conforme esperado, verifica-se um aumento nas despesas com saúde no ano de 2020 e 2021, esse fato pode ser explicado em virtude da pandemia do Covid-19. Outro reflexo exprimido devido a pandemia é o aumento com os gastos em educação, uma vez que o governo municipal teve que inovar a partir do modo digital e outros meios a fim de atingir a meta da educação. Outras despesas foram diminuídas nos dois anos de pandemia, como Legislativa, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Comunicações, Desporto e Lazer, a diminuição pode ser explicada devido aos novos gastos com outras contas de despesas.

O município de Cascavel também apresentou o mesmo cenário quanto a questão das receitas.

Ano	Prevista-LOA (R\$)	Previsão Atualizada (R\$)	Realizada (R\$)
2021	1.196.865.000,00	1.265.431.145,68	1.080.167.565,77
2020	1.208.217.600,00	1.363.461.330,93	1.020.334.113,70
2019	1.142.293.000,00	1.238.606.332,83	926.127.915,19
2018	993.070.800,00	1.110.005.365,18	832.447.723,33
2017	892.775.750,00	922.790.296,19	784.865.843,36
2016	841.232.000,00	896.211.046,07	703.581.279,72

Tabela 3: Receitas do município de Cascavel

De acordo com a Tabela 3, o município de Cascavel previa uma pequena redução de receita no ano de 2020 para 2021, no entanto nas receitas realizadas o montante de 2021 foi superior ao de 2020, evidenciando que o município não sofreu impactos em relação às receitas nos anos pandêmicos. Assim buscou-se as despesas municipais de Cascavel conforme a Tabela 4.

Conta \ Ano	2016	2017	2018	2019	2020
01 - Legislativa	R\$ 15.556.336,09	R\$ 16.762.815,48	-	R\$ 16.861.840,79	R\$ 19.740.952,99
03 - Essencial à Justiça	R\$ 4.404.094,71	R\$ 4.295.522,34	R\$ 4.148.483,32	R\$ 3.895.530,60	R\$ 4.195.011,22
04 - Administração	R\$ 73.881.852,34	R\$ 71.418.338,50	R\$ 82.440.295,58	R\$ 78.429.747,75	R\$ 88.128.716,82
06 - Segurança Pública	R\$ 3.109.214,03	R\$ 2.884.228,78	R\$ 8.761.213,55	R\$ 8.398.503,88	R\$ 12.605.481,72
08 - Assistência Social	R\$ 31.313.937,43	R\$ 37.695.665,28	R\$ 40.189.573,29	R\$ 41.862.460,39	R\$ 49.004.809,04
09 - Previdência Social	R\$ 60.662.239,82	R\$ 73.802.798,79	R\$ 83.707.051,86	R\$ 95.741.317,77	R\$ 102.539.105,74
10 - Saúde	R\$ 178.071.431,87	R\$ 197.015.838,17	R\$ 247.832.591,74	R\$ 269.564.941,76	R\$ 301.112.404,13
12 - Educação	R\$ 181.362.075,06	R\$ 201.782.831,49	R\$ 221.733.549,15	R\$ 238.381.421,25	R\$ 237.106.810,17
13 - Cultura	R\$ 4.552.597,34	R\$ 3.952.760,19	R\$ 3.801.012,28	R\$ 3.807.927,13	R\$ 4.983.884,75
15 - Urbanismo	R\$ 100.966.904,57	R\$ 54.142.972,30	R\$ 42.611.884,88	R\$ 52.350.099,24	R\$ 96.881.229,62
16 - Habitação	R\$ 6.784.242,82	R\$ 302.527,61	R\$ 720.393,06	R\$ 4.498.673,45	R\$ 5.470.424,40
18 - Gestão Ambiental	R\$ 51.438.680,77	R\$ 54.961.294,89	R\$ 50.565.341,01	R\$ 63.266.978,26	R\$ 54.438.917,94
19 - Ciência e Tecnologia	R\$ 2.219.855,54	R\$ 1.481.800,00	R\$ 2.168.407,72	R\$ 2.538.188,71	R\$ 1.996.033,08
20 - Agricultura	R\$ 8.455.304,61	R\$ 11.590.333,59	R\$ 29.933.998,67	R\$ 27.487.927,06	R\$ 17.505.482,63
23 - Comércio e Serviços	R\$ 1.069.155,73	R\$ 669.747,91	R\$ 3.993.718,93	R\$ 4.597.152,46	R\$ 5.505.693,65
26 - Transporte	R\$ 913.094,00	R\$ 83.301,00	R\$ 111.859,89	R\$ 19.990.443,40	R\$ 17.544.901,22
27 - Desporto e Lazer	R\$ 12.390.328,11	R\$ 10.918.447,77	R\$ 11.735.437,34	R\$ 13.658.620,90	R\$ 10.634.001,10
28 - Encargos Especiais	R\$ 42.269.787,08	R\$ 19.668.817,22	R\$ 23.862.006,29	R\$ 45.909.192,80	R\$ 45.951.748,96

Tabela 4: Despesas do município de Cascavel

Quanto às despesas de Cascavel os maiores gastos foram em saúde e educação. No ano de 2020, o percentual de aumento nas despesas de saúde foi de 11,70%. Outra despesa que se destaca é a assistência social, estável no ano de 2018 e 2019, mas em 2020 cresceu 17,06%. As despesas de desporto e lazer, transporte, agricultura, ciência e tecnologia, e gestão ambiental diminuíram no ano de 2020; as demais despesas tiveram acréscimos em 2020. O município ainda não divulgou os dados de 2021, mas as despesas com a previdência social têm demonstrado alta ao longo dos anos desde 2016, caracterizando 69% de aumento entre 2016 e 2020.

No município de São José dos Pinhais, verifica-se a seguinte situação conforme Tabela 5.

Ano	Prevista-LOA (R\$)	Previsão Atualizada (R\$)	Realizada (R\$)
2021	R\$ 1.178.985.362,83	R\$ 1.426.318.814,92	R\$ 1.249.778.386,21
2020	R\$ 1.047.057.391,00	R\$ 1.364.204.546,36	R\$ 1.117.437.485,71
2019	R\$ 942.586.770,00	R\$ 1.175.036.922,84	R\$ 1.025.847.356,33
2018	R\$ 885.910.320,00	R\$ 1.058.228.923,52	R\$ 960.582.078,20
2017	R\$ 909.587.124,00	R\$ 1.002.111.778,55	R\$ 955.244.064,17
2016	R\$ 977.769.002,00	R\$ 1.052.723.178,94	R\$ 940.647.579,20

Tabela 5: Receitas do município de São José dos Pinhais

A Tabela 5 apresenta que as receitas superaram o valor previsto no LOA nos anos de 2020 e 2021, apenas não ultrapassaram as previsões atualizadas. No entanto, verifica-se uma crescente nas receitas do município também. Quanto às despesas têm-se a tabela:

Conta \ Ano	2016	2017	2018	2019	2020
01 - Legislativa	R\$ 29.125.819,73	R\$ 25.676.187,44	R\$ 30.054.258,88	R\$ 32.224.054,18	
04 - Administração	R\$ 140.727.091,06	R\$ 236.625.832,48	R\$ 227.282.257,57	R\$ 153.316.203,79	R\$ 158.331.288,38
06 - Segurança Pública	R\$ 17.446.228,39	R\$ 16.496.953,49	R\$ 15.949.534,94	R\$ 20.112.091,99	R\$ 20.653.854,84
08 - Assistência Social	R\$ 24.829.099,33	R\$ 24.184.290,20	R\$ 29.255.613,50	R\$ 28.816.505,61	R\$ 33.609.870,85
10 - Saúde	R\$ 269.261.145,95	R\$ 177.236.941,71	R\$ 214.879.425,32	R\$ 273.401.708,50	R\$ 300.738.072,64
11 - Trabalho	R\$ 2.488.463,70	R\$ 2.418.276,81	R\$ 1.887.815,13	R\$ 2.572.213,61	R\$ 2.505.613,61
12 - Educação	R\$ 251.149.275,86	R\$ 238.724.669,52	R\$ 207.416.523,07	R\$ 304.227.079,40	R\$ 277.078.764,81
13 - Cultura	R\$ 5.662.475,38	R\$ 5.504.635,49	R\$ 5.081.396,67	R\$ 5.067.011,51	R\$ 6.149.830,57
14 - Direitos da Cidadania	-	-	R\$ 499,84	R\$ 488,64	R\$ 446,40
15 - Urbanismo	R\$ 23.297.542,22	R\$ 15.044.363,20	R\$ 12.739.040,87	R\$ 30.519.731,34	R\$ 46.296.174,01
16 - Habitação	R\$ 3.455.904,73	R\$ 9.704.502,82	R\$ 3.409.406,50	R\$ 9.653.214,97	R\$ 4.252.831,33
18 - Gestão Ambiental	R\$ 67.793.196,20	R\$ 54.370.640,26	R\$ 62.180.976,59	R\$ 69.452.672,67	R\$ 67.076.676,86
20 - Agricultura	R\$ 7.004.709,59	R\$ 6.031.738,86	R\$ 6.270.778,50	R\$ 7.393.217,54	R\$ 10.407.445,16
22 - Indústria	R\$ 2.343.018,85	R\$ 2.547.949,29	R\$ 2.681.044,80	R\$ 3.039.932,76	R\$ 2.933.723,42
23 - Comércio e Serviços	R\$ 846.590,14	R\$ 621.822,36	R\$ 484.168,98	R\$ 288.247,05	R\$ 404.532,22
25 - Energia	-	R\$ 17.709.260,56	R\$ 17.284.934,50	-	-
26 - Transporte	R\$ 86.747.324,33	R\$ 45.983.089,48	R\$ 45.441.695,30	R\$ 87.489.854,83	R\$ 111.592.805,88
27 - Desporto e Lazer	R\$ 19.728.677,82	R\$ 10.347.662,90	R\$ 10.847.867,00	R\$ 11.724.120,84	R\$ 10.127.205,35
28 - Encargos Especiais	R\$ 12.446.675,98	R\$ 37.800.613,97	R\$ 34.619.907,08	R\$ 9.740.000,00	R\$ 34.631.358,23

Tabela 6: Despesas do município de São José dos Pinhais

No município de São José dos Pinhais, verifica-se algumas falhas quanto à apresentação das informações no portal de transparência, uma vez que as despesas com energia, direitos da cidadania e legislativa não foram apresentadas para todos os anos analisados. Constata-se que as despesas administrativas se encontram no terceiro lugar no *ranking* de maiores gastos, diferentemente dos outros municípios. Em São José dos Pinhais, a Saúde e a Educação também são caracterizadas com maiores gastos do município, aumentando significativamente também no ano de 2020. O menor gasto do município foi com trabalho e direitos da cidadania.

O cenário não foi diferente no município de Foz do Iguaçu conforme evidenciado na Tabela 7.

Ano	Prevista-LOA (R\$)	Previsão Atualizada (R\$)	Realizada (R\$)
2021	1.000.516.909,00	1.281.713.703,73	1.192.015.533,72
2020	1.016.667.296,00	1.157.023.147,93	1.057.680.230,76
2019	951.279.392,66	1.060.461.479,32	969.840.298,01
2018	920.989.753,77	1.015.408.096,97	912.660.158,10
2017	723.908.386,00	827.156.498,41	819.484.734,65
2016	687.167.900,00	776.074.966,47	735.071.869,37

Tabela 7: Receitas do município de Foz do Iguaçu

A Tabela 7 exibe que as receitas municipais de Foz do Iguaçu não foram afetadas também pela pandemia, uma vez que houve variações positivas que superaram o valor previsto na LOA. Em relação às despesas do município têm-se a Tabela 8.

Conta \ Ano	2016	2017	2018	2019	2020
01 - Legislativa	R\$ 22.011.668,96	R\$ 20.728.278,11	R\$ 22.045.150,18	R\$ 23.801.159,08	R\$ 26.564.713,39
02 - Judiciária	R\$ 40.480,00	-	-	-	-
04 - Administração	R\$ 208.759.342,17	R\$ 262.140.781,10	R\$ 136.090.725,62	R\$ 143.053.319,55	R\$ 154.783.441,37
06 - Segurança Pública	R\$ 6.174.810,59	R\$ 2.625.551,01	R\$ 7.512.580,94	R\$ 1.255.489,81	R\$ 129.612,11
08 - Assistência Social	R\$ 19.467.692,37	R\$ 17.174.612,97	R\$ 31.514.003,61	R\$ 34.290.099,86	R\$ 44.553.736,55
09 - Previdência Social	R\$ 56.347.525,89	-	R\$ 88.271.392,56	R\$ 103.234.791,90	R\$ 118.794.239,88
10 - Saúde	R\$ 229.802.568,22	R\$ 249.295.860,47	R\$ 272.383.642,75	R\$ 314.623.339,85	R\$ 370.275.670,07
11 - Trabalho	-	-	R\$ 558.531,52	R\$ 1.775.868,76	R\$ 1.004.545,67
12 - Educação	R\$ 177.671.506,36	R\$ 188.173.724,85	R\$ 206.216.741,15	R\$ 220.708.353,39	R\$ 192.225.643,03
13 - Cultura	R\$ 5.819.024,21	R\$ 5.575.038,22	R\$ 6.648.573,19	R\$ 10.138.475,52	R\$ 6.035.266,21
14 - Direitos da Cidadania	-	-	-	R\$ 336.722,28	R\$ 632.295,85
15 - Urbanismo	R\$ 54.418.232,83	R\$ 32.814.819,12	R\$ 92.266.338,24	R\$ 106.191.230,22	R\$ 88.717.137,48
16 - Habitação	R\$ 5.109.796,34	R\$ 277.797,44	R\$ 2.760.307,10	R\$ 3.047.835,14	R\$ 4.442.443,47
18 - Gestão Ambiental	R\$ 1.062.087,47	R\$ 30.247.625,84	R\$ 34.796.240,43	R\$ 42.176.340,66	R\$ 41.088.959,60
20 - Agricultura	R\$ 68.811,67	R\$ 127.606,52	R\$ 2.648.396,54	R\$ 3.514.178,77	R\$ 3.098.323,37
22 - Indústria	-	-	R\$ 8.403,88	R\$ 563.000,74	R\$ 41.100,14
23 - Comércio e Serviços	R\$ 535.494,85	R\$ 1.245.915,94	R\$ 8.197.893,21	R\$ 9.941.788,36	R\$ 8.141.191,39
26 - Transporte	-	-	-	-	R\$ 1.400.000,00
27 - Desporto e Lazer	R\$ 7.501.788,33	R\$ 5.407.629,99	R\$ 11.710.629,27	R\$ 13.974.892,10	R\$ 15.387.630,47
28 - Encargos Especiais	R\$ 9.587.397,56	R\$ 8.429.047,68	R\$ 48.680.429,52	R\$ 57.717.573,60	R\$ 102.482.730,74

Tabela 8: Despesas do município de Foz do Iguaçu

A Tabela 8 de despesas do município Foz do Iguaçu apresentou várias variações, como por exemplo no gasto com a administração, assistência social, previdência social habitação, comércio e serviços, desporto e lazer e encargos especiais. Diferentemente dos outros municípios, Foz do Iguaçu apresentou uma diminuição nas despesas com educação no período da pandemia. Além disso, em conformidade aumentou-se as despesas com a saúde em 17,68%. Outro fato que teve alterações durante a pandemia, foram as despesas com segurança pública, que houve uma redução de 90% dos gastos.

Sobre o município de Londrina tem-se a seguinte Tabela 9.

Ano	Prevista-LOA (R\$)	Previsão Atualizada (R\$)	Realizada (R\$)
2021	R\$ 1.639.709.000,00	R\$ 1.772.454.521,63	R\$ 1.682.386.431,76
2020	R\$ 1.506.163.000,00	R\$ 1.788.810.963,97	R\$ 1.595.514.375,79
2019	R\$ 1.524.322.000,00	R\$ 1.547.993.449,45	R\$ 1.425.816.394,52
2018	R\$ 1.555.773.000,00	R\$ 1.590.892.411,77	R\$ 1.246.318.797,52

2017	R\$ 1.272.185.000,00	R\$ 1.281.351.397,22	R\$ 1.155.703.172,04
2016	R\$ 1.284.594.000,00	R\$ 1.344.841.075,90	R\$ 1.113.874.683,57

Tabela 9: Receitas do município de Londrina

O caso de Londrina não se difere dos demais municípios, já que o município não sofreu alterações diminutivas relacionadas com as receitas, pelo contrário, Londrina arrecadou mais receitas nos anos de 2020 e 2021. Sobre as despesas, a Tabela 10 demonstra:

Conta	Ano	2016	2017	2018	2019	2020
01 - Legislativa	R\$	29.243.243,55	27.231.080,36	29.422.773,17	29.078.828,57	29.376.414,23
02 - Judiciária	R\$	9.543.840,33	9.487.657,36	10.110.354,21	11.081.995,23	13.099.163,49
04 - Administração	R\$	143.176.749,17	127.091.210,59	121.248.464,05	129.102.711,20	113.194.677,39
05 - Defesa Nacional	R\$	135.739,35	84.145,83	124.794,20	115.898,50	158.070,40
06 - Segurança Pública	R\$	22.842.908,85	20.081.249,03	19.817.380,93	22.247.840,27	20.411.152,50
08 - Assistência Social	R\$	41.049.355,34	43.027.689,81	45.866.991,53	53.316.139,61	77.574.660,76
09 - Previdência Social	R\$	217.877.335,85	244.687.354,40	295.324.912,32	316.324.139,13	353.971.663,01
10 - Saúde	R\$	565.998.153,11	599.515.962,27	651.467.911,42	710.198.025,84	799.692.232,10
11 - Trabalho	R\$	1.080.399,92	1.051.832,87	1.246.141,25	1.240.553,10	1.292.121,04
12 - Educação	R\$	324.145.992,68	334.322.152,70	367.289.281,80	411.163.491,19	387.482.015,76
13 - Cultura	R\$	11.393.967,08	9.458.432,00	12.358.069,07	13.889.746,96	12.630.282,67
14 - Direitos da Cidadania	R\$	11.626.890,60	12.911.427,61	11.894.405,65	15.203.377,82	16.193.800,98
15 - Urbanismo	R\$	120.622.043,45	99.226.708,39	156.125.886,48	214.252.701,56	212.570.856,49
16 - Habitação	R\$	338.338,98	476.578,98	783.343,69	13.322,58	
17 - Saneamento	-		1.787.435,12	1.299.357,20	9.010.504,15	6.674.815,42
18 - Gestão Ambiental	R\$	41.174.584,12	45.893.859,27	43.992.830,76	50.439.485,20	49.362.563,74
19 - Ciência e Tecnologia	R\$	192.423,13	246.023,17	477.757,24	252.170,82	255.940,48
20 - Agricultura	R\$	8.521.512,50	7.010.417,06	9.156.105,29	11.258.701,44	9.282.470,78
22 - Indústria	R\$	3.153.888,70	2.390.680,70	2.761.658,98	2.824.550,51	2.960.231,14
23 - Comércio e Serviços	R\$	1.410.765,74	1.133.968,82	1.408.678,37	1.496.545,62	1.761.200,22
27 - Desporto e Lazer	R\$	6.142.978,81	5.977.668,11	9.062.124,41	10.077.088,57	7.358.833,19
28 - Encargos Especiais	R\$	55.161.897,80	67.548.621,34	80.054.273,72	90.074.395,36	84.361.904,76

Tabela 10: Despesas do município de Londrina

Londrina também apresentou uma redução nos gastos com segurança pública e educação. Verifica-se um expressivo aumento com a previdência social, assistência social e saúde, que são gastos característicos da pandemia. Analisa-se que gastos referentes a ciência e tecnologia já foram mais investidos no município uma vez que houve uma redução pela metade entre os anos 2018 para 2019 permanecendo o cenário em 2020. Dispendios relacionados com desporto e lazer e cultura também obtiveram uma redução no ano de pandemia.

Já o município de Curitiba apresentou uma variação diferente dos demais conforme Tabela 11.

Ano	Prevista-LOA (R\$)	Previsão Atualizada (R\$)	Realizada (R\$)
2021	R\$ 6.008.534.000,00	R\$ 6.385.715.698,44	R\$ 6.982.488.585,30
2020	R\$ 6.130.959.000,00	R\$ 6.552.897.425,04	R\$ 5.983.012.592,38
2019	R\$ 5.972.171.000,00	R\$ 6.040.631.308,78	R\$ 6.038.393.831,70
2018	R\$ 5.508.968.000,00	R\$ 5.828.671.506,69	R\$ 5.773.956.285,95
2017	R\$ 5.496.268.000,00	R\$ 5.885.202.393,73	R\$ 5.623.002.425,91
2016	R\$ 5.437.202.000,00	R\$ 5.551.338.104,17	R\$ 4.944.456.929,35

Tabela 11: Receitas do município de Curitiba

O município de Curitiba apresentou uma variação negativa em 2020 em relação às suas receitas, no ano que iniciou a pandemia o município não alcançou o montante previsto na LOA, isto é, arrecadou menos do que o previsto. No entanto, em 2021 observa-se uma recuperação, sendo o maior valor de todos os anos apresentados. Em relação às despesas do mesmo, tem-se a Tabela 12:

Conta	Ano	2016	2017	2018	2019	2020
01 - Legislativa	R\$	111.576.033,47	R\$ 98.551.521,63	R\$ 98.269.554,74	R\$ 103.527.428,32	R\$ 110.283.735,51
03 - Essencial à Justiça	R\$	39.709.556,61	R\$ 39.229.279,64	R\$ 41.009.921,66	R\$ 42.474.838,12	R\$ 44.826.147,93
04 - Administração	R\$	523.982.029,84	R\$ 605.817.650,60	R\$ 518.634.981,65	R\$ 533.814.069,42	R\$ 579.822.605,12
06 - Segurança Pública	R\$	104.290.658,81	R\$ 109.337.073,38	R\$ 115.106.771,61	R\$ 121.380.862,59	R\$ 143.286.106,60
08 - Assistência Social	R\$	159.384.801,22	R\$ 162.817.323,89	R\$ 162.348.007,39	R\$ 153.079.582,72	R\$ 208.250.106,71
09 - Previdência Social	R\$	844.140.781,23	R\$ 1.002.242.531,59	R\$ 1.116.609.437,43	R\$ 1.236.720.372,02	R\$ 1.361.756.326,04
10 - Saúde	R\$	1.527.489.178,16	R\$ 1.653.788.358,47	R\$ 1.667.831.257,73	R\$ 1.862.755.408,74	R\$ 2.106.271.850,59
11 - Trabalho	R\$	4.821.696,58	R\$ 4.057.261,13	R\$ 4.323.309,93	R\$ 4.377.470,17	R\$ 1.385.980,97
12 - Educação	R\$	1.299.935.546,26	R\$ 1.294.091.011,04	R\$ 1.287.847.625,47	R\$ 1.304.824.600,84	R\$ 1.305.770.231,75
13 - Cultura	R\$	50.111.000,62	R\$ 44.944.110,31	R\$ 53.003.811,49	R\$ 58.066.657,21	R\$ 73.035.053,79
14 - Direitos da Cidadania	R\$	1.539.656,20	R\$ 1.224.710,98	R\$ 1.853.944,94	R\$ 1.165.882,72	R\$ 1.022.461,50
15 - Urbanismo	R\$	1.105.247.998,73	R\$ 1.147.294.703,21	R\$ 1.330.851.427,87	R\$ 1.372.488.124,75	R\$ 1.402.875.108,02
16 - Habitação	R\$	17.042.808,17	R\$ 12.355.357,29	R\$ 40.681.561,47	R\$ 25.735.370,26	R\$ 48.089.414,19
17 - Saneamento	R\$	248.219.431,63	R\$ 284.515.123,30	R\$ 283.645.465,88	R\$ 270.025.282,94	R\$ 307.900.099,00
18 - Gestão Ambiental	R\$	105.800.509,84	R\$ 145.335.765,75	R\$ 117.599.775,04	R\$ 162.890.247,22	R\$ 164.645.845,84
22 - Indústria	R\$	200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 137.116.792,50	R\$ 200.000,00
23 - Comércio e Serviços	R\$	63.141.857,82	R\$ 62.534.160,94	R\$ 63.017.562,26	R\$ 64.458.380,56	R\$ 71.390.520,23
27 - Desporto e Lazer	R\$	32.488.154,70	R\$ 42.568.515,65	R\$ 38.228.192,11	R\$ 37.859.445,63	R\$ 35.801.974,29
28 - Encargos Especiais	R\$	289.578.318,29	R\$ 302.919.300,96	R\$ 447.511.206,64	R\$ 450.617.568,53	R\$ 364.685.944,89

Tabela 12: Despesas do município de Curitiba

No caso de Curitiba, diferenciou-se de Londrina, uma vez que em 2020 houve um aumento na despesa com Cultura, no entanto também houve a redução de desporto e lazer. A despesa com previdência social continua crescente também no município de Curitiba, o mesmo aconteceu com as despesas com saúde, apresentando um aumento de 13,07% de gastos no ano de pandemia. Além disso, as despesas com gestão ambiental aumentaram, induzindo que o município tem se preocupado com investimentos ambientais.

Ano	Prevista-LOA (R\$)	Previsão Atualizada (R\$)	Realizada (R\$)
2021	R\$ 1.654.824.865,00	R\$ 1.840.932.820,42	R\$ 1.865.542.430,51
2020	R\$ 1.645.820.068,00	R\$ 1.825.165.611,93	R\$ 1.745.448.440,19
2019	R\$ 1.568.706.998,00	R\$ 1.634.806.960,13	R\$ 1.502.632.763,43
2018	R\$ 1.495.367.076,00	R\$ 1.706.781.003,82	R\$ 1.509.441.472,05
2017	R\$ 1.334.056.342,00	R\$ 1.401.078.634,61	R\$ 1.198.925.124,01
2016	R\$ 1.298.510.990,00	R\$ 1.348.173.510,71	R\$ 1.175.006.038,93

Tabela 13: Receitas do município de Maringá

O cenário em Maringá foi de que a pandemia também não afetou a realização de receitas no município considerando que Maringá arrecadou acima do previsto na LOA. Em relação às despesas municipais a Tabela 14 demonstra:

Conta	Ano	2016	2017	2018	2019	2020
01 - Legislativa	R\$	17.056.629,56	R\$ 18.597.772,29	R\$ 20.597.600,46	R\$ 21.585.166,67	R\$ 22.133.269,87
02 - Judiciária	R\$	9.950.820,13	R\$ 7.454.929,51	R\$ 8.788.365,08	R\$ 11.271.181,18	R\$ 11.636.576,47
04 - Administração	R\$	115.490.045,91	R\$ 123.913.108,32	R\$ 134.111.540,88	R\$ 141.335.874,58	R\$ 144.234.695,89
06 - Segurança Pública	R\$	14.815.519,55	R\$ 16.289.058,53	R\$ 18.674.465,85	R\$ 18.522.953,94	R\$ 20.198.241,89
08 - Assistência Social	R\$	34.921.565,04	R\$ 34.672.120,64	R\$ 39.533.304,63	R\$ 44.974.004,47	R\$ 49.139.002,06
09 - Previdência Social	R\$	86.281.273,42	R\$ 103.586.787,23	R\$ 115.442.296,54	R\$ 134.277.525,84	R\$ 154.311.018,53
10 - Saúde	R\$	371.182.664,65	R\$ 420.748.642,40	R\$ 509.382.726,38	R\$ 496.999.793,01	R\$ 526.638.565,67
11 - Trabalho	R\$	1.203.198,65	R\$ 1.094.789,35	R\$ 1.424.417,41	R\$ 1.299.858,50	R\$ 1.155.286,50
12 - Educação	R\$	231.921.815,49	R\$ 268.124.697,76	R\$ 268.159.500,69	R\$ 321.569.937,21	R\$ 318.800.415,08
13 - Cultura	R\$	9.520.230,16	R\$ 8.025.539,86	R\$ 12.685.032,02	R\$ 14.335.125,61	R\$ 11.435.401,14
14 - Direitos da Cidadania	R\$	4.656.440,25	R\$ 5.273.166,40	R\$ 5.968.092,57	R\$ 6.903.944,90	R\$ 23.324.478,43
15 - Urbanismo	R\$	92.022.842,21	R\$ 82.254.886,33	R\$ 95.405.839,29	R\$ 83.129.237,56	R\$ 84.784.047,66
16 - Habitação	R\$	3.127.733,64	R\$ 801.128,14	R\$ 12.459.916,18	R\$ 1.378.586,66	R\$ 5.153.908,88
17 - Saneamento	R\$	36.146.002,11	R\$ 39.050.296,98	R\$ 34.100.943,08	R\$ 37.138.190,51	R\$ 38.701.736,75
18 - Gestão Ambiental	R\$	6.422.665,39	R\$ 8.172.976,78	R\$ 11.244.894,07	R\$ 13.826.767,33	R\$ 20.790.506,70
19 - Ciência e Tecnologia	R\$	189.235,53	R\$ 169.587,40	R\$ 270.402,93	R\$ 300.561,15	R\$ 375.461,89
20 - Agricultura	R\$	139.623,21	R\$ 223.743,97	R\$ 561.474,36	R\$ 494.545,58	R\$ 1.189.953,45
22 - Indústria	R\$	9.559.222,48	R\$ 1.389.859,53	R\$ 6.495.053,84	R\$ 2.819.129,12	R\$ 536.555,73
23 - Comércio e Serviços	R\$	3.121.207,31	R\$ 6.357.351,98	R\$ 8.401.683,31	R\$ 8.067.658,20	R\$ 1.323.059,49
26 - Transporte	R\$	56.084.981,39	R\$ 44.553.799,55	R\$ 81.632.388,36	R\$ 82.641.122,67	R\$ 100.321.916,55
27 - Desporto e Lazer	R\$	17.231.636,45	R\$ 14.128.657,66	R\$ 25.717.690,89	R\$ 25.734.096,95	R\$ 22.177.551,54
28 - Encargos Especiais	R\$	53.375.705,00	R\$ 38.985.107,17	R\$ 94.924.690,16	R\$ 81.502.654,07	R\$ 104.980.275,62

Tabela 14: Despesas do município de Maringá

No município de Maringá não tem um cenário diferente, as contas de despesas com saúde é a mais expressiva apresentada. Em sua maioria, as contas de despesas aumentaram no município no ano de 2020, houve uma diminuição apenas em despesas com trabalho, educação, cultura, indústria, comércio e serviços e desporto e lazer.

O município de Guarapuava também sentiu os impactos da pandemia, conforme evidenciado na Tabela 15.

Ano	Prevista-LOA (R\$)	Previsão Atualizada (R\$)	Realizada (R\$)
2021	R\$ -	R\$ 540.633.341,53	R\$ 537.612.920,49
2020	R\$ 424.829.160,00	R\$ 533.196.450,41	R\$ 492.910.138,20
2019	R\$ 400.844.060,00	R\$ 463.155.440,01	R\$ 443.002.415,38
2018	R\$ 381.627.415,00	R\$ 417.913.056,48	R\$ 397.273.560,00
2017	R\$ 335.313.396,00	R\$ 375.476.218,32	R\$ 382.298.473,01
2016	R\$ 450.103.746,00	R\$ 371.129.674,28	R\$ 370.154.380,32

Tabela 15: Receitas do município de Guarapuava

A Tabela 15 demonstra que o município de Guarapuava diminuiu suas receitas no ano de 2020 e 2021, não atingindo a previsão atualizada. No entanto suas receitas mesmo assim continuaram crescendo em relação aos demais anos.

Conta \ Ano	2016	2017	2018	2019	2020
01 - Legislativa	R\$ 10.035.153,10	R\$ 10.547.068,11	R\$ 11.357.918,43	R\$ 11.876.669,14	R\$ 11.897.667,92
02 - Judiciária	R\$ 2.999.044,58	R\$ 2.808.789,19	R\$ 3.607.869,02	R\$ 3.716.075,96	R\$ 4.019.365,49
04 - Administração	R\$ 25.272.409,81	R\$ 26.489.294,40	R\$ 28.385.633,47	R\$ 29.613.019,09	R\$ 28.203.688,16
06 - Segurança Pública	R\$ 4.399.164,77	R\$ 4.866.259,70	R\$ 5.347.011,36	R\$ 7.345.289,79	R\$ 8.258.424,47
08 - Assistência Social	R\$ 16.064.085,69	R\$ 18.417.265,40	R\$ 19.541.687,63	R\$ 22.102.019,42	R\$ 23.251.671,07
09 - Previdência Social	-	-	R\$ 23.351.812,16	R\$ 28.052.646,08	R\$ 31.554.788,32
10 - Saúde	R\$ 91.062.719,28	R\$ 86.145.159,32	R\$ 94.034.939,51	R\$ 104.913.889,21	R\$ 132.355.807,09
12 - Educação	R\$ 99.706.275,52	R\$ 108.276.194,30	R\$ 116.519.499,43	R\$ 123.423.522,21	R\$ 113.218.148,56
13 - Cultura	R\$ 2.714.110,04	R\$ 1.960.778,77	R\$ 3.220.258,41	R\$ 2.398.991,33	R\$ 3.968.394,53
14 - Direitos da Cidadania	-	-	R\$ 1.153.275,75	R\$ 1.267.772,94	R\$ 1.557.946,03
15 - Urbanismo	R\$ 63.889.156,43	R\$ 39.814.513,58	R\$ 53.527.781,38	R\$ 51.866.254,83	R\$ 68.765.414,95
16 - Habitação	R\$ 7.710.872,40	R\$ 4.803.034,95	R\$ 6.336.806,17	R\$ 4.386.246,31	R\$ 6.063.738,17
17 - Saneamento	R\$ 8.625.526,54	R\$ 9.112.446,12	R\$ 9.242.344,71	R\$ 12.602.504,01	R\$ 15.172.337,07
18 - Gestão Ambiental	R\$ 5.670.340,90	R\$ 4.503.500,67	R\$ 7.453.891,65	R\$ 7.880.219,20	R\$ 11.934.198,64
20 - Agricultura	R\$ 3.522.614,24	R\$ 2.690.814,84	R\$ 3.578.939,89	R\$ 3.862.268,79	R\$ 4.047.304,34
22 - Indústria	R\$ 1.687.105,68	R\$ 1.861.052,62	R\$ 2.418.557,97	R\$ 3.553.393,99	R\$ 3.086.955,31
24 - Comunicações	R\$ 4.005,88	R\$ 122.244,35	R\$ 113.782,62	R\$ 372.808,94	R\$ 107.356,50
26 - Transporte	-	-	R\$ 2.110.042,67	R\$ 1.284.390,61	R\$ 662.689,54
27 - Desporto e Lazer	R\$ 3.542.278,04	R\$ 6.404.853,66	R\$ 8.291.426,07	R\$ 5.592.229,53	R\$ 7.332.478,16
28 - Encargos Especiais	R\$ 9.470.205,23	R\$ 11.699.243,87	R\$ 13.249.026,19	R\$ 13.341.706,94	R\$ 9.250.097,92

Tabela 16: Despesas do município de Guarapuava

Observa-se no município de Guarapuava que não houve diminuição nos gastos com a segurança pública, diferente do que ocorreu com outros municípios, os gastos com saúde também aumentaram conforme o esperado. Ademais verifica-se uma redução com os gastos com a educação pode ser caracterizada devido o fechamento das escolas durante o período de pandemia.

Já o município de Colombo ainda não apresentou as receitas de 2021 conforme Tabela 17.

Ano	Prevista-LOA (R\$)	Previsão Atualizada (R\$)	Realizada (R\$)
2020	R\$ -	R\$ 492.728.528,99	R\$ 496.851.371,45
2019	R\$ 460.140.200,00	R\$ 479.615.457,11	R\$ 440.725.119,75
2018	R\$ 390.176.932,00	R\$ 473.742.447,77	R\$ 405.806.214,23
2017	R\$ 386.902.480,00	R\$ 399.869.246,90	R\$ 376.219.475,22
2016	R\$ 357.187.500,00	R\$ 404.838.484,23	R\$ 355.587.180,77

Tabela 17: Receitas do município de Colombo

Entretanto, verifica-se que no ano de 2020, o município apresentou uma receita maior do que a prevista, não caracterizando impactos da pandemia.

Conta	Ano	2016	2017	2018	2019	2020
01 - Legislativa	R\$	10.561.922,94	R\$ 10.814.083,86	R\$ 10.667.326,17	R\$ 10.711.315,49	
04 - Administração	R\$	21.613.515,39	R\$ 25.258.438,55	R\$ 24.620.431,41	R\$ 27.787.736,63	R\$ 29.663.972,07
06 - Segurança Pública	R\$	6.497.008,10	R\$ 6.757.831,09	R\$ 7.215.575,86	R\$ 8.816.812,58	R\$ 8.716.669,93
08 - Assistência Social	R\$	12.761.169,77	R\$ 13.971.554,06	R\$ 14.394.857,68	R\$ 16.100.794,35	R\$ 16.303.221,93
09 - Previdência Social	R\$	3.760.187,16	R\$ 4.039.973,70	R\$ 4.306.722,94	R\$ 4.674.933,84	R\$ 5.081.056,51
10 - Saúde	R\$	73.822.028,08	R\$ 74.552.956,51	R\$ 77.295.437,70	R\$ 82.132.461,69	R\$ 94.025.297,87
11 - Trabalho	R\$	5.209.296,93	R\$ 4.662.288,23	R\$ 5.203.858,00	R\$ 6.182.259,25	R\$ 4.875.941,32
12 - Educação	R\$	127.981.140,16	R\$ 131.475.087,47	R\$ 143.164.368,65	R\$ 149.931.654,26	R\$ 130.918.767,54
13 - Cultura	R\$	1.059.764,12	R\$ 958.769,15	R\$ 1.529.285,13	R\$ 1.628.498,99	R\$ 2.093.510,42
14 - Direitos da Cidadania	R\$	318.111,97	R\$ 341.005,47	R\$ 775.662,05	R\$ 1.151.010,17	R\$ 1.155.382,34
15 - Urbanismo	R\$	9.628.912,21	R\$ 9.293.918,95	R\$ 11.417.238,58	R\$ 10.345.235,63	R\$ 17.660.133,71
16 - Habitação	R\$	438.686,17	R\$ 416.134,49	R\$ 652.314,28	R\$ 885.149,52	R\$ 835.525,88
17 - Saneamento	R\$	187.523,04	R\$ 130.459,15	R\$ 119.136,72	R\$ 716.427,27	R\$ 1.632.772,62
18 - Gestão Ambiental	R\$	16.050.112,24	R\$ 19.086.342,27	R\$ 22.183.575,35	R\$ 27.577.126,70	R\$ 29.413.069,21
20 - Agricultura	R\$	2.786.801,08	R\$ 3.434.719,41	R\$ 3.401.574,09	R\$ 4.458.370,00	R\$ 4.773.983,88
22 - Indústria	R\$	1.020.433,21	R\$ 880.236,96	R\$ 899.974,89	R\$ 943.650,32	R\$ 1.079.707,90
23 - Comércio e Serviços	R\$	1.997.355,79	R\$ 691.609,12	R\$ 799.787,19	R\$ 2.160.746,69	R\$ 1.985.720,88
26 - Transporte	R\$	46.951.364,61	R\$ 26.451.684,40	R\$ 46.291.487,31	R\$ 70.829.139,29	R\$ 66.657.289,48
27 - Desporto e Lazer	R\$	2.611.206,89	R\$ 2.574.554,43	R\$ 3.225.932,10	R\$ 3.142.868,98	R\$ 2.523.394,01
28 - Encargos Especiais	R\$	2.660.849,62	R\$ 4.396.390,62	R\$ 5.949.685,65	R\$ 6.556.550,52	R\$ 7.562.701,45

Tabela 18: Despesas do município de Colombo

No município de Colombo verifica-se uma repetição dos cenários dos municípios anteriores, em que se tem um aumento expressivo da despesa com saúde, a diminuição dos gastos com educação e desporto e lazer. Destaca-se o aumento também dos gastos com gestão ambiental, apresentando maiores investimentos do município com a questão ambiental.

Por fim, o município de Paranaguá, também apresentou saldo positivo na Tabela 19.

Ano	Prevista-LOA (R\$)	Previsão Atualizada (R\$)	Realizada (R\$)
2021	R\$ 611.504.400,00	R\$ 718.336.981,79	R\$ 668.729.067,44
2020	R\$ 540.863.100,00	R\$ 704.444.232,11	R\$ 627.059.129,98
2019	R\$ 529.294.500,00	R\$ 588.415.730,02	R\$ 555.941.586,83
2018	R\$ 478.561.400,00	R\$ 588.579.072,39	R\$ 502.395.400,79
2017	R\$ 495.940.700,00	R\$ 548.938.404,51	R\$ 474.503.818,46
2016	R\$ 433.667.980,00	R\$ 481.222.238,88	R\$ 437.411.801,78

Tabela 19: Receitas do município de Paranaguá

Diante da Tabela 19, verifica que a pandemia não afetou as receitas do município, no entanto, em relação às despesas têm-se a Tabela 20.

Conta	Ano	2016	2017	2018	2019	2020
01 - Legislativa	R\$	11.243.013,22	R\$ 11.936.732,16	R\$ 15.090.838,17	R\$ 15.900.728,46	-
02 - Judiciária				R\$ 4.169.242,89	R\$ 4.352.427,24	R\$ 5.528.509,62
04 - Administração	R\$	101.672.038,69	R\$ 106.871.866,31	R\$ 77.477.165,11	R\$ 92.474.891,64	R\$ 93.368.032,04
06 - Segurança Pública	R\$	4.150.091,55	R\$ 3.366.663,13	R\$ 18.683.686,72	R\$ 22.298.820,04	R\$ 27.386.528,83
08 - Assistência Social	R\$	2.326.652,91	R\$ 1.406.138,07	R\$ 10.740.364,44	R\$ 12.328.762,64	R\$ 14.400.100,12
10 - Saúde	R\$	64.005.217,36	R\$ 67.990.198,42	R\$ 91.594.530,88	R\$ 107.981.912,58	R\$ 128.652.415,53
11 - Trabalho	R\$	1.718.977,04	R\$ 2.009.198,52	R\$ 2.785.980,88	R\$ 3.459.155,82	R\$ 3.925.336,78
12 - Educação	R\$	112.100.206,22	R\$ 125.452.208,34	R\$ 135.104.640,32	R\$ 172.425.573,99	R\$ 169.857.078,98
13 - Cultura	R\$	189.107,36	-	R\$ 1.436.200,17	R\$ 3.035.235,50	R\$ 2.453.168,53
14 - Direitos da Cidadania	R\$	932,51	-	R\$ 2.646,40	R\$ 5.578,28	-
15 - Urbanismo	R\$	48.605.978,40	R\$ 45.993.726,82	R\$ 53.691.799,89	R\$ 64.524.787,95	R\$ 61.548.492,27
17 - Saneamento	R\$	1.001.528,56		R\$ 3.834.711,33	R\$ 1.960.753,48	R\$ 463.465,59
18 - Gestão Ambiental	R\$	15.296,29	R\$ 187.318,30	R\$ 9.230.543,15	R\$ 14.538.137,54	R\$ 12.798.264,61
20 - Agricultura	-	-	-	-	-	R\$ 264.500,98
23 - Comércio e Serviços	R\$	3.057.958,57		R\$ 204.585,98	R\$ 503.998,01	R\$ 459.025,39
24 - Comunicações	R\$	83.106,43	R\$ 74.775,44	R\$ 4.818.779,42	R\$ 4.144.475,01	-
26 - Transporte	R\$	193.300,00	R\$ 400.486,68	R\$ 808.778,44	R\$ 4.020.972,89	R\$ 3.790.091,43
27 - Desporto e Lazer	R\$	317.635,56	R\$ 2.257.911,59	R\$ 3.533.713,63	R\$ 3.752.346,68	R\$ 3.246.745,89
28 - Encargos Especiais	R\$	22.296.717,32	R\$ 29.326.773,18	R\$ 27.504.664,89	R\$ 33.814.076,12	R\$ 33.028.333,88

Tabela 20: Despesas do município de Paranaguá

O município de Paranaguá teve uma diminuição pela metade de sua conta de saneamento básico e cortou gastos com a gestão ambiental. No entanto, o município apresentou um gasto crescente com despesas com saúde, segurança pública, assistência social, trabalho, repetindo outros cenários. Em resumo, quanto às receitas dos municípios verificaram-se que a maioria dos municípios paranaenses analisados aumentaram suas receitas em relação ao ano anterior no período da pandemia conforme ilustra o Gráfico 1.

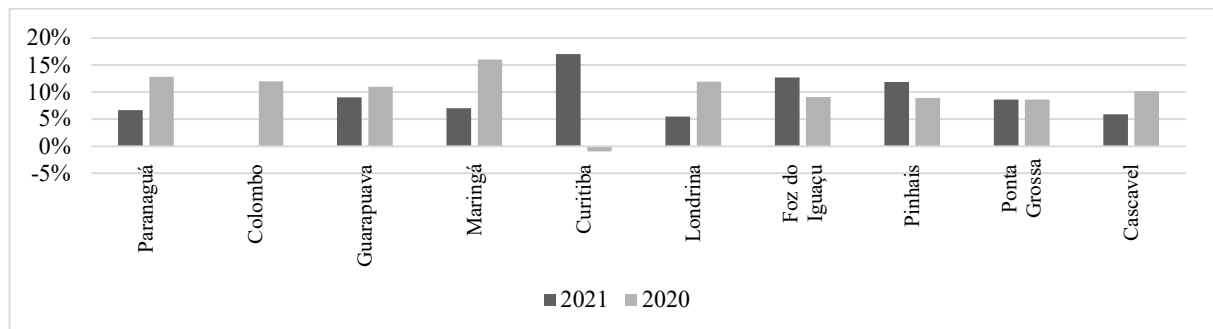


Gráfico 1: Percentual de variação das receitas no período da pandemia

Conforme o Gráfico 1, analisa-se que apenas Curitiba teve uma diminuição da receita no período pandêmico, no caso o ano de 2020. Já no ano de 2021, o município ultrapassou os demais municípios do estado elevando sua receita em 17%. Outro município que se destaca é Maringá, que teve um aumento de 16% nas suas receitas no ano de 2020, caracterizado como o primeiro ano de pandemia. O fato do aumento de receitas generalizado nos municípios do estado pode ser explicado pelos novos repasses do governo do Paraná para enfrentamento da Pandemia. Em suma, quanto a receitas, a pandemia não impactou negativamente nas contas públicas de arrecadação, já que se observa um aumento das receitas de um ano para outro em média de 9% entre os municípios analisados. Essa situação, exprime um cenário diferente encontrado na pesquisa de Almeida (2020) que havia relatado diminuição de receitas no estado de Goiás. Em relação às despesas o cenário da pandemia interferiu diretamente nas contas de despesas de cada município conforme exemplifica o Gráfico 2.

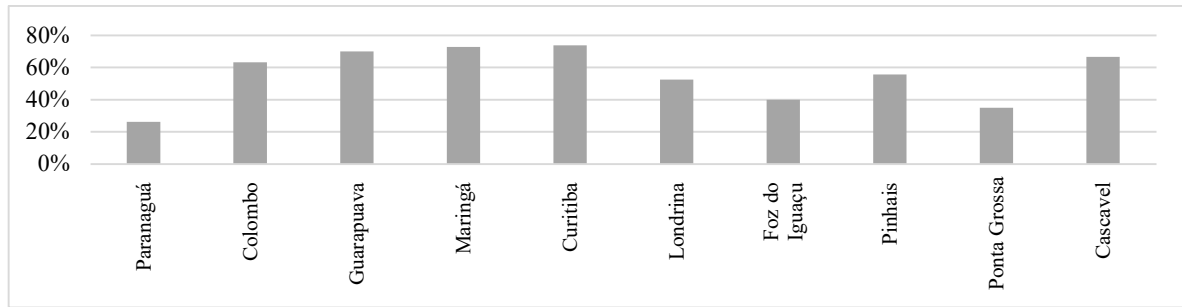


Gráfico 2: Percentual de variação das despesas no período da pandemia

Diante do Gráfico 2, constata-se que todos os municípios analisados tiveram um aumento de despesas no período pandêmico de, no mínimo, 25% das contas aumentaram conforme o município de Paranaguá, o qual foi o menor percentual de aumento entre a amostra. Já o município de Curitiba se destacou pelo maior aumento de contas de despesas no período da pandemia, apresentando um aumento de mais de 70%, sendo seguido pelos municípios de Maringá, Guarapuava e Cascavel. Nesse sentido, o aumento de despesa não está relacionado com o número de habitantes dos municípios, uma vez que Guarapuava e Maringá apresentaram uma maior variação no aumento de despesas do que municípios mais populosos como Londrina.

Verifica-se uma generalização com gastos de saúde e educação. Apenas Curitiba apresentou maiores despesas com urbanismo do que com educação. Menezes *et al.* (2020) analisaram um comportamento de diminuição com gastos com educação e aumento com gastos em saúde, apenas os municípios de Paranaguá, Colombo, e Ponta Grossa apresentaram gastos com educação em 1º lugar no período de pandemia. Considerando que os gastos com saúde em sua maioria foi a maior preocupação dos municípios paranaenses no período pandêmico. O Gráfico 2 apresenta um *ranking* dos valores gastos com saúde.

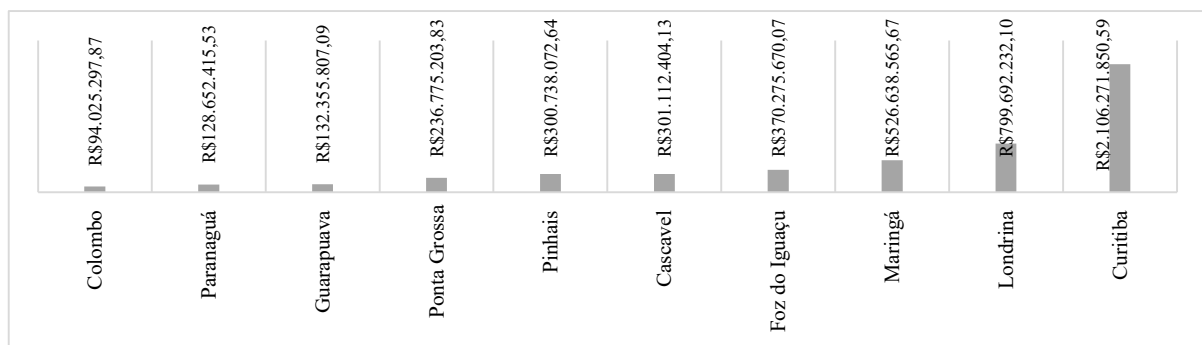


Gráfico 2: Gastos com saúde

Insta comentar em relação ao Gráfico 2 que a capital Curitiba apresentou maior gasto com saúde em relação aos outros municípios. Seguido por Londrina e Maringá, que são os três municípios com mais habitantes no estado, foram os três municípios com mais gastos em saúde do Paraná.

Os resultados da pesquisa não respaldam totalmente o estudo de Almeida (2020), já que este demonstrou não haver crescimento na receita nos três municípios analisados, pois cada um teve uma performance diferente. Com relação ao estudo de Menezes *et al.* (2020) realizado em oito municípios do estado de Minas Gerais, em que foi constatado um cenário desfavorável para os municípios uma vez que houve queda de arrecadação aumento em determinadas contas de despesas públicas. No presente estudo se verificou um resultado contrário, já que as receitas aumentaram, apenas a evolução das despesas são na mesma área, a saúde, portanto, parcialmente se teve os mesmos resultados. Por fim, a comparação com o estudo de Monteiro *et al.* (2021) que examinou o impacto da pandemia da COVID-19 no orçamento público do Governo Federal, apenas a área da saúde, nos municípios aqui averiguados, tiveram aumento

de destinação de recursos. Outro estudo que foi comparado, não se verificou alterações substanciais no orçamento dos municípios advindos, como verificou Pascutti (2021) quando estudou a alta produção legislativa de Medidas Provisórias emanados deste poder.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo investigou o comportamento das finanças públicas em termos de arrecadação e gastos realizados para enfrentamento da covid-19 dos 10 municípios mais populosos do Paraná no período antes da pandemia e durante a pandemia. Diante dos resultados verifica-se que quanto às receitas, que os municípios tiveram resultados positivos, ou seja, houve uma variação das contas de receitas, não sendo impactados pela pandemia nesse aspecto, apenas Curitiba que no ano de 2020 teve um retrocesso em relação ao ano de 2019. O fato que pode explicar os demais municípios apresentarem receitas maiores nos anos de 2020 e 2021, são os repasses realizados pelo governo federal e estadual para dirimir e auxiliar os impactos da pandemia. Desta forma, os achados deste estudo distoam das pesquisas realizadas por Almeida (2020) e Menezes *et al.* (2020), que verificaram em sua amostra uma redução na arrecadação dos municípios analisados em suas pesquisas.

Já em relação às despesas, observou-se que a pandemia alterou o curso das despesas dos municípios analisados, já que todos os municípios apresentaram uma despesa crescente com saúde nos anos de 2020 e 2021, até que a pandemia afetou diretamente. Além disso, verificou-se corte nas despesas com cultura, desporto e lazer. Outro detalhe verificado foi a despesa com a gestão ambiental, em sua maioria os municípios têm investido na gestão ambiental, fazendo com que essas despesas sejam crescentes em suas finanças. De modo geral, as contas de despesas se elevaram no ano pandêmico, caracterizando com principais despesas municipais gastos com saúde e educação. Estes achados coincidem com o estudo de Menezes *et al.* (2020), que demonstrou haver aumento significativo com gastos em saúde, porém nas demais áreas aqui verificados, não há relação de aumento no orçamento municipal.

Dessa forma, constata-se que a pandemia impactou as despesas e finanças dos municípios apresentados no sentido de que, se manteve em crescimento e relativa estabilidade das receitas; já as despesas tiveram crescimento substancial, sobretudo na área da saúde, conforme se averiguou no orçamento municipal da amostra deste estudo. A pesquisa delimitou-se ao um estudo curto de tempo entre 2016 a 2021, no entanto devido a data de coleta a maioria dos municípios não tinham apresentado informações de despesas do ano de 2021, destacando apenas o município de Ponta Grossa. Diante do fato, destaca-se a transparência nas contas do município de Ponta Grossa, já que os demais ainda não informaram dados de 2021.

Recomenda-se para estudos futuros, pesquisas que abordem o impacto da pandemia nas finanças nos municípios, em outras amostras, considerando outros aspectos, mas que faça conhecer como esta situação nunca vivenciada resultou em possíveis modificações nas finanças municipais, bem como detectar quais estratégias foram adotadas pelos governantes para lidar com tal situação. Ademais, outras abordagens mais aprofundadas e comparativas podem ser realizadas em diferentes sentidos, amostra ampliadas, distintas abordagens, entre outros, para que se conheça como fato a pandemia impactou nas finanças municipais.

REFERÊNCIAS

- Abreu, W. M. & Gomes, R.C. (2013). O orçamento público brasileiro e a perspectiva emancipatória: existem evidências empíricas que sustentam esta aproximação? *Rev. Adm. Pública* 47 (2), Abr. FGV.
- Almeida, M. (2020). *Impactos da pandemia da covid 19 nas contas públicas de Goiânia, Cuiabá e Campo Grande*. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Gestão e Negócios, Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Presidência da República. Casa Civil. Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm/>. Acesso em novembro de 2021.
- Calmon, K. M. N., & Gusso, D. A. (2009). *A experiência de avaliação do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal no Brasil*. Planejamento e Políticas públicas, n. 25.
- Carqueija, J. C. et al. (2021). Principais Impactos dos Gastos Públicos com o Enfrentamento à Pandemia: Uma Análise prévia dos Aspectos Contábeis e do Cenário Econômico do Brasil. *Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão*, 5(1), 18-41.
- Crepaldi, G. S., & Crepaldi, S. A. (2017). *Orçamento público*. Saraiva Educação SA.
- Farias, H. S. (2020). O avanço da Covid-19 e o isolamento social como estratégia para redução da vulnerabilidade. Espaço e Economia. *Revista brasileira de geografia econômica*, n. 17.
- Menezes, W. S., & et al. (2021). Análise das variações orçamentárias em cidades médias de Minas Gerais durante a pandemia do covid-19. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC, [S. l.]*, 2021. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4887>. Acesso em: 13 dez. 2021.
- Monteiro, J. J., & et al. (2021). Reflexos da covid-19 no orçamento público do governo federal. *Revista Gestão Organizacional*, v. 14, n. 1, p. 97-116.
- Moura, E. A.C. (2020). Controle social das políticas públicas através do orçamento público. *Caderno de Direito e Políticas Públicas*, 2(2).
- Organização Mundial de Saúde (OMS). (2020). Doença por corona vírus (COVID-19) Atualização Epidemiológica Semanal e Atualização Operacional Semanal. Disponível em <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports/>>. Acesso em novembro de 2021.
- Pascutti, A. C. G. (2020). *O uso de créditos extraordinários destinados ao combate da covid-19 no ano de 2020*. Trabalho de Conclusão do Curso. Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.
- Pires, J. S. D., & Motta, W. F. (2006). A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 25(2), 16-25.
- Prux, P. R. et al. (2012). Transparência e participação popular nas audiências públicas de elaboração e discussão do PPA, LDO e LOA. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, n. 2012-11.
- Santos, J. A. F. (2020). Covid-19, causas fundamentais, classe social e território. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18.
- Santos, L. A., & Camacho, E. U. (2014). Orçamento público municipal: uma análise no município de Cosmópolis/SP com enfoque no equilíbrio das receitas x despesas no período de 2007 a 2012. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 2(2), 82-94.
- Soares, K. H.D. et al. (2021). Medidas de prevenção e controle da covid-19: revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 13(2), e6071-e6071.
- Vignoli, F. H. (2015). *Planejamento e orçamento público*. Editora FGV.
- Xerez, S. (2013). A evolução do orçamento público e seus instrumentos de planejamento. *Revista Científica Semana Acadêmica*. Fortaleza, ano MMXIII, n. 000043.